LEI Nº 2.143, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1963

A Câmara Municipal de Santo André decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 99 da Lei nº 1.492, de 2 de outubro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 99 – Ficam asseguradas ao funcionário, além do vencimento ou remuneração, as seguintes vantagens e concessões:

Ajuda de custo;

Diárias;

Abono de faltas;

Auxílio funeral

Auxílio por transportes;

Gratificação de natal”.

Art. 2º - Os incisos XI, XII, XIII e XIV, do artigo 100, da Lei nº 1.492, de 2 de outubro de 1959, passam a ter a seguinte redação:

“XI – A gratificação de natal corresponderá a tantos duodécimos dos vencimentos devidos em dezembro, excluídas as vantagens ou gratificações, quantos forem os meses de serviço prestados no exercício, contando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias;

XII – Para os efeitos da gratificação de Natal, o exercício será compreendido entre o dia 1º de dezembro do ano transato e o dia 30 de novembro do ano que estiver em curso e não serão deduzidas do tempo de serviço as faltas ou afastamentos que não impliquem na perda ou redução da respectiva remuneração;

XIII – O funcionário exonerado receberá a gratificação de Natal, nos termos dos incisos anteriores, calculada sobre os vencimentos do mês em que ocorrer a exoneração;

XIV – Não terá direito à gratificação de Natal o funcionário que for demitido ou exonerado a pedido e o inativo que tiver cassada a aposentadoria ou disponibilidade”.

Art. 3º - As disposições da presente lei aplicam-se, inclusive, à gratificação de Natal a ser paga no exercício de 1963.

Art. 4º - fica revogada a Lei nº 1.897, de 3 de outubro de 1962, a partir de 15 de janeiro de 1964.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.